

A distinção que hoje se estabelece entre Arquivo e Biblioteca é relativamente recente. Na Antiguidade, os documentos de arquivo de tipo administrativo-financeiro eram conservados juntamente com os textos literários, uma vez que se atendia à matéria subjectiva em que eram elaborados (tabuinhas entre os Hititas e na Babilónia, papiros entre os egípcios e também na época helenística), mais do que ao seu conteúdo. Na Idade Média, tornou-se frequente a separação dos diferentes tipos de textos, e as instituições que os albergavam (normalmente ligadas à Igreja) sentiram a necessidade de criar um depósito (uma sala habitualmente chamada "*libraria*") onde era colocado um número cada vez maior de livros de tipo literário, filosófico, etc. No entanto, por razões de ordem prática, conservavam-se volumes onde eram habitualmente necessários, surgindo assim um pouco por todo o mosteiro ou sé, nomeadamente na Igreja (livros litúrgicos), no refeitório ou no claustro. O controlo desses códices estava a cargo de um membro da comunidade religiosa (normalmente o tesoureiro ou o chantre), que assumia assim as funções de bibliotecário.

Sendo objectos "móveis", foi necessário criar meios para os proteger, isto é, "contentores" que se pudessem transportar com facilidade de um lado para o outro. A documentação medieval fala-nos de *cofres*, *arcae*, *scrinia*, *capsae* e *cistae*, em vários institutos religiosos europeus.

Os *cofres* eram utilizados para guardar o vestuário, a louça e outros objectos correntes, mas também, e sobretudo, os arquivos e os livros. Com esse fim, eram comprados, reparados ou ferrados, como acontecia em Remiremont. Nesta abadia, existia um cofre na estante do coro onde eram guardados nove livros, provavelmente relacionados com a liturgia e que se julgou cómodo colocar à mão dos seus utilizadores.

*Capsae*, *scrinia* e *cistae* são termos herdados da Antiguidade : e embora inicialmente tivessem uma forma cilíndrica, a passagem do rolo para o *codex* não os fez desaparecer. E se *scrinium* e *cista* são palavras raramente utilizadas nos inventários medievais, os nomes derivados em língua vulgar de *capsa* são bastante frequentes : *cassa*, *caxia*, *caixa*. "Quando existe uma biblioteca, as *capsae* podem servir de arrumo fora deste local; assim, no início do séc. XV, é lembrado aos Agostinhos de Piasenza que os livros *extra armariam in capsae existentes* devem ser directamente colocados sob a responsabilidade do prior e do bibliotecário (*armarista*), que têm cada um uma chave". As *arcae* serviam para guardar todo o género de bens. São vulgares as referências, nos testamentos medievais portugueses, a arcas contendo roupas ou mesmo cereais. Mas as arcas eram também empregues para conter livros. Em 1226, a propósito dos 92 volumes pertencentes à biblioteca de Bernardo II, arcebispo de Compostela, é dito expressamente que "*omnes libri suprascripti sunt in archa*".

A existência de uma *bibliotheca* nos mosteiros medievais dependia sobretudo, e entre outros factores, do nível económico e cultural da instituição. Assim, as congregações com dimensões reduzidas dificilmente contariam entre os seus aposentos com uma sala destinada exclusivamente aos livros, e os seus membros servir-se-iam das bibliotecas individuais, para além dos volumes existentes, com certeza em pequeno número, pertencentes à comunidade. Estes eram normalmente guardados num *armarium*, colocado de um modo geral no claustro. Espaço cavado na parede (forado a madeira no interior), ou móvel de madeira, era sempre dotado de portas, de modo a proteger os volumes que encerrava. Este *armarium claustrum* ou *commune armarium* continha essencialmente os volumes que não tinham "cabimento" no

*armariam ecclesiae* , que recolhia os livros necessários ao ofício divino.

A partir do século XIII, as fontes referem-se ao *armarium* num duplo sentido, tanto significando o móvel (com subdivisões a que chamam *tabulae* ou *gradus*) como o local que continha livros, numa clara sinonímia com biblioteca ou *libraria*.

Mas não era só nos *armaria* anexos à Igreja que se encontravam códices. Para além das estantes do coro, caso já referido mais acima, os volumes podiam ser colocados sobre um dos altares do templo. Assim o determinava, por exemplo, no seu testamento, o mestre-escola Nuno Froilaz de Braga, em finais do século XII ao ordenar que fosse concluído "*missale meum et ponant super altare Beate Virginis*".

Os livros eram igualmente depositados no tesouro da sé ou mosteiro, não só porque eram objectos caros, mas também porque muitas vezes continham cópias de documentos e outro tipo de escritos importantes para o funcionamento e controlo do património da própria instituição. Assim, às relíquias e ornamentos da Igreja, juntavam-se cartas, livros com encadernações preciosas e livros "correntes".

Como seria de esperar, as bibliotecas das diferentes instituições religiosas eram paulatinamente enriquecidas, não só mediante a compra de novos exemplares como também pelo ingresso no espólio de volumes fabricados na própria instituição. Relativamente à diocese de Braga, temos conhecimento das duas situações: S.Geraldo, arcebispo entre 1096-1108 , mandou fazer *libros divinos* no *scriptorium* da sé. Em finais do séc. XII, o mestre-escola bracarense diz no seu testamento "de IIIor morabitos quos mihi debet Petrus Alvitiz mando duos ecclesie Sancti Jacobi *qui mittanlur in libro*". Nos inícios da centúria seguinte, o chantre da mesma

sé deixa à igreja de S. Mamede dez morabitanos *ad librum faciendum*. De Tarouca vem outro exemplo : em 1245 os monges desta abadia copiam uma Bíblia para a sé de Lamego, sendo pagos com propriedades por esse trabalho.

Era igualmente frequente a aquisição de livros após a morte de um dos membros da instituição, tanto por testamento como por compra. Exemplos deste segundo caso encontram-se na região de Vosgues, onde são conhecidas várias vendas de livros organizadas no seio dos cabidos. Tratavam-se de leilões, que permitiam à instituição vender alguns volumes mais correntes (assegurando desse modo alguns rendimentos), ao mesmo tempo que mantinham as obras dentro da comunidade canonical. Efectivamente, os cónegos eram os vendedores, mas também eram compradores, e alguns aproveitavam essas ocasiões para enriquecerem as suas bibliotecas particulares.

Breviários e missais são alguns dos livros deixados em testamento às diferentes instituições religiosas. Assim , em 1212 o arcebispo eleito de Braga - Pedro - faz legados de algumas das suas obras : a um presbítero dessa diocese um *epitologium meum novum* e a um particular um *epitologium de Cendale*.

Estes sistemas internos de aquisição de livros não eram suficientes para formar as grandes bibliotecas cuja existência chegou aos nossos dias: numerosos volumes eram comprados no exterior das instituições, aproveitando a passagem de algum comerciante conhecedor do interesse de algum dos seus membros por este tipo de "mercadoria", nomeadamente por livros antigos ou preciosos : "em 1348 o arcipreste de Saint-Dié compra em Paris uma recolha de comentários sobre o Apocalipse copiado no século XI".

Com o desenvolvimento das bibliotecas entre os séculos XII e XV, torna-se necessária uma cada vez maior especialização dos oficiais que tinham a seu cargo o cuidado

dos volumes : o tesoureiro vai ser o responsável pelos livros litúrgicos de grande valor material, o chantre vela sobre os livros do coro de uso diário e o bibliotecário cuida da biblioteca principal e dos livros utilizados nas escolas capitulares ou monásticas, no dormitório ou nas outras dependências da instituição. Será a este último oficial, cujas funções vão, com o andar dos tempos, ultrapassar largamente as de simples guarda dos livros que vai ser dada uma importância crescente, acabando por ocupar um lugar eminente na hierarquia eclesiástica, nomeadamente na cúria pontifícia e nas ordens religiosas.

*Marta Cristina Almeida e Cunha*